

ESTADO DE SÃO PAULO *Governo não visa mudar as regras de negociação*

Da sucursal de
BRASÍLIA

Os temas econômicos incluídos na agenda de conversações entre o chanceler Saraiva Guerreiro e o secretário de Estado George Schultz não incluem uma mudança no eixo das negociações em torno do refinanciamento da dívida externa brasileira, de modo a estabelecer-se uma discussão governo a governo, sem passar pelo sistema bancário privado.

A impressão foi transmitida ontem, ao **Estado**, pelo embaixador José Botafogo Gonçalves, chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Planejamento. Enfatizou que negociar politicamente a questão da dívida externa não esconde nenhuma fórmula mágica ou nenhum fato novo. "A negociação política com os Estados Unidos já vem ocorrendo e deverá prosseguir e até intensificar-se, porém, mantidas as diretrizes atuais."

IDÉIAS DO BRASIL

Para o assessor internacional do ministro Delfim Netto, não há nem da parte do Itamaraty nem da Seplan nenhuma iniciativa no sentido de mudar as regras de negociação. Elas continuarão a ser feitas basicamente com o Fundo Monetário Internacional, o Clube de Paris, as instituições governamentais de crédito e a comunidade bancária internacional, a maior credora do Brasil.

"Evidentemente — acrescentou Botafogo — a oportunidade de um encontro entre o chanceler brasileiro e o secretário de Estado americano será aproveitado para que o governo brasileiro, uma vez mais, transmita ao dos Estados Unidos sua posição a respeito da crise mundial, seus efeitos sobre os países em desenvolvimento, e as alternativas para superá-la."

Lembrou Botafogo o recente pronunciamento de Guerreiro em Quito, durante a Conferência Econômica

Latino-Americana, quando o chanceler defendeu o alívio imediato da situação do endividamento externo dos países em desenvolvimento, por alguma forma de redução do serviço da dívida, baixando-se os juros, reescalando-se os pagamentos em prazos maiores e aumentando-se os fluxos financeiros.

O chanceler condenou o protecionismo nos países desenvolvidos e o atual nível de juros nos mercados financeiros internacionais e, no plano comercial, sugeriu a criação, a curto prazo, de um programa de emergência para abertura dos mercados dos países desenvolvidos aos produtos de especial interesse das nações em desenvolvimento. Isso seria feito por meio de medidas a serem tomadas pelas nações desenvolvidas, com vistas à abolição imediata de barreiras à exportação dos países em desenvolvimento e à reversão do protecionismo em setores de especial interesse para esses países.